



Publicação autorizada no DCL nº 215 de 26/11/08.
Servidor: M 205 Matrícula: 11737-37

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 98ª
(NONAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 5 DE NOVEMBRO DE 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Jaqueline Roriz a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito a todos os Deputados que se encontram nas dependências desta Casa que se dirijam ao plenário para que possamos apreciar as matérias acordadas no dia de ontem e que constam na pauta do dia de hoje.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 207, de 14/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 98ª Sessão Ordinária.)

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

O Deputado Chico Leite apresentou um atestado médico justificando a sua ausência.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

No lugar do Deputado Batista das Cooperativas, falará o Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (Bloco Democratas-Progressistas. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal da galeria, um forte abraço a todos vocês. O que me traz aqui, hoje – chamo a atenção dos Parlamentares –, é que sempre defendemos a segurança pública no Distrito Federal e sempre assistimos à distorção do trabalho do policial militar, muitas vezes incompreendido. Ontem, houve uma ocorrência que não chamou apenas a minha atenção, mas a de toda a equipe que trabalha comigo, e faço questão, Sr. Presidente, de registrá-la por uma razão simples: para mostrar a V.Exas. o convívio da Polícia Militar com a população do Lago Norte. Essa ocorrência aconteceu próximo à casa do Deputado Leonardo Prudente – S.Exa. nem percebeu. Três bandidos foram presos ontem à noite na QL 01, conjunto 06 – vou omitir a casa. Eles entraram na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	2

casa para assaltar, com arma em punho, e um deles foi mordido pela dona da casa, que entrou em desespero, avançou na mão do bandido e mordeu-o. Mordeu a mão do bandido! Ele ficou desesperado, ela começou a gritar e os vizinhos acionaram os seus alarmes e discaram para um posto policial. Vale registrar, Deputado Cabo Patrício, que o pessoal do Lago Norte ligou para o posto policial! Não ligou para o 190 não, ligou para o posto policial do Lago Norte, e foram prontamente atendidos. Os quatro bandidos foram presos, inclusive o coitadinho que estava com a mão toda machucada, pois a mulher o havia mordido. Um dos policiais foi atingido em ação, e um dos bandidos, atingido na mão.

Então, eu fiz questão de relatar esse caso para mostrar a V.Exas. a importância do convívio entre Polícia Militar e população. Ao contrário do que se registra na periferia do Distrito Federal, onde a polícia passa e o povo corre, no Lago Norte aconteceu exatamente o contrário. Viu, Deputado Leonardo Prudente, aconteceu exatamente o contrário no Lago Norte, onde o entrosamento entre a Polícia Militar e a comunidade é fantástico. Nós precisamos até saber o nome daqueles policiais que atuam por ali, para não acontecer o que acontece no Rio e em São Paulo, onde chega a ter ocorrência com viatura e Polícia Militar com farda. Mas, na realidade, é mentira! Em Padre Bernardo, recentemente, aqui perto do Distrito Federal, fazendeiros foram assaltados por policiais civis, ou melhor, por pessoas com coletes da Polícia Civil, dizendo-se policiais. Eles roubaram as fazendas e levaram caminhonete e outras coisas.

Então, deixo registrado, Sr. Presidente, os parabéns à Polícia Militar pela ação e à população do Lago Norte pela coerência e pelo entrosamento.

Era esse o registro que eu queria fazer.

Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas solicito para incluir na pauta da Ordem do Dia o Requerimento nº 1.223, de 2008, de minha autoria, para realização de audiência pública para debater o tema “Engenharia Pública – Moradia Popular”. É um projeto que envolve o CREA, o Instituto dos Arquitetos de Brasília. Essa audiência tem data agendada, dia 10 de novembro, na próxima semana, razão pela qual eu faço esse apelo a V.Exa. para incluí-lo na pauta da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência inclui na pauta da Ordem do Dia o requerimento, acatando a solicitação de V.Exa. e, no momento exato, nós o apreciaremos.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	3

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não ia fazer uso da palavra, até para que pudéssemos entrar na votação das matérias, mas o Deputado Geraldo Naves falou sobre segurança pública e nos apresentou a questão dos policiais militares e a situação do Lago Norte, uma situação crítica, diga-se de passagem, pois o número de assaltos tem tido um aumento constante naquela região administrativa. E não é uma questão só do Lago Norte, mas também das demais cidades do Distrito Federal. Foram três assaltos numa semana, o que demonstra, Deputado Geraldo Naves, como V.Exa. apontou aqui, que o planejamento de segurança pública do Governo do Distrito Federal é capenga. Essa é a verdade. Nós já demos tempo suficiente para que o Secretário de Segurança Pública mostrasse a que veio, uma vez que foi uma indicação em consenso do Governo local e do Governo Federal, e S.Exa. tem carta branca do Governador Arruda. O que nós não podemos permitir e aceitar é que os índices de violência continuem aumentando, e as pessoas vítimas de violência passem a ser apenas números estatísticos. Por que não podemos permitir que isso aconteça? Porque nós teremos, no dia 19, a Inauguração do Estádio Bezerra, que é legítimo e uma antiga reivindicação da população da cidade do Gama, onde nasci, cresci e moro até hoje. Mas o que não pode é o Governo do Distrito Federal inverter prioridades, é o Governador inverter prioridades. S.Exa. vai fazer a festa de inauguração de um complexo esportivo comunitário do Gama e, para isso, gastará R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), – 12 milhões! A construção do estádio girou em torno de 56, e a festa, 12 milhões! É para que as pessoas fiquem pasmas mesmo, aterrorizadas, porque assistimos hoje, numa emissora de televisão local, à entrevista do Secretário de Saúde, que inclusive gaguejou. S.Exa. é um homem experiente, com mais de um mandato, já passou por esta Casa, hoje Deputado Federal, Secretário de Saúde, e o que nós vimos foi ele gaguejando para dar explicações, e as imagens são prova ocular do que está lá estabelecido: pais de família dormindo há dois dias na fila para marcar uma consulta... os corredores dos hospitais estão superlotados... faltam medicamentos... a violência nas cidades aumentou porque os policiais estão estáticos nos postos policiais porque não podem fazer o policiamento, já que o Governo não lhes dá autonomia... os agentes do Saúde da Família presentes na galeria estão aguardando a renovação da contratação, que vence no dia 15... E o governo gasta 12 milhões para fazer uma festa! Então, deve estar sobrando dinheiro, muito dinheiro, porque concede remissão para empresários de ônibus, tanto na isenção do ICMS dos combustíveis quanto do IPVA, abrindo mão de uma arrecadação de 22 milhões de reais anuais. Gasta 12 milhões em uma festa, compra, sem controle, quilos e quilos de camarão para a residência oficial... Se o Governo tem dinheiro sobrando para abrir mão de receita, para gastar em coisas que não são prioridades, uma coisa está clara no dia de hoje para toda a população do Distrito Federal: a prioridade do Governo não é a que foi prometida durante a campanha; a prioridade do Governo é fazer festividades através da Brasiliatur, que é quem vai coordenar a festa no dia 19 – e há uma série de denúncias contra essa empresa –, é fazer obras em detrimento da Segurança



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	4

Pública, da Saúde Pública e da Educação Pública. Não podemos nos esquecer de que, neste Governo, também neste ano, a Secretaria de Educação fez um contrato de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões) com a empresa Shangai para fazer *kit* do Ciência em Foco. Ou seja, o Governo não tem controle dos gastos.

Quando a bancada do Partido dos Trabalhadores, no REFAZ, propôs a isenção para trabalhadores que tinham dívidas com o GDF – IPVA, IPTU, TLP, taxas e tributos da carga tributária do GDF de até mil reais –, o Governo não concordou com a isenção. Mas ficou em uma situação tão desconfortável que agora encaminhou para a Câmara Legislativa do Distrito Federal um projeto que garante essa remissão. Não é justo um Governo conceder isenção para empresários e colocar em risco a vida das pessoas, seja na Segurança Pública, na Saúde e na Educação. Ao longo dos meses, ouvimos a informação de que as passagens não iriam aumentar em função dessa isenção para os empresários. Mas o que temos ouvido agora é o Secretário de Transporte – que agora voltou para a Câmara Federal – dizer que as passagens podem aumentar, seja do metrô, seja do microônibus.

Portanto, faço uso da palavra apenas para dizer, Deputado Geraldo Naves, que V.Exa., da base do Governo, vem aqui falar sobre o aumento da violência. Eu não vou questionar, em nenhum momento, a competência dos policiais militares, dos bombeiros, dos agentes do DETRAN e dos policiais civis, pois temos os melhores profissionais de Segurança, de Educação e de Saúde; temos os melhores servidores públicos. O que falta para o Governo é uma gestão de austeridade, e o Governo do Distrito Federal não tem essa austeridade – gasta em festas e em contratos milionários com a Shangai, em festa de 12 milhões, em gastos desnecessários, em vez de investir na saúde pública do cidadão, na manutenção desses profissionais qualificados, preparados, que prestam excelentes serviços à população do Distrito Federal.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas corrigir o que disse o Deputado Cabo Patrício: em momento algum, eu critiquei a Segurança Pública do Distrito Federal, ao contrário, eu a elogiei, inclusive o seu entrosamento com a comunidade. Não se pode desvirtuar e usar o nome de outro Deputado indevidamente. Por isso eu quis fazer esse aparte. Eu prezo muito a carreira militar: quando o soldado passa a cabo, depois passa a sargento, tem aspirações, passa a tenente, depois a major, é promovido e vai comandar a tropa que está na rua. O trabalho é brilhante. Acho que essa é a aspiração do Deputado Cabo Patrício no futuro. Tenho certeza de que, se tudo correr bem, o Governador Arruda há de reincorporá-lo à instituição Polícia Militar para que ele possa ajudar mais ainda no combate à violência e no entrosamento com a população, dada a sua competência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	5

Sobre a questão que ele citou dos camarões, foi um crime cometido pelo Deputado Cabo Patrício, que mostramos aqui e provamos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho falar em virtude de uma política de Governo, a política do Governador Arruda – implementação das Vilas Olímpicas no Distrito Federal. E, ontem, especificamente, tivemos o lançamento da Pedra Fundamental da Vila Olímpica de Planaltina. Quando falamos de segurança, temos de entender que segurança não se combate somente com postos policiais e somente com policiais nas ruas. Falar em segurança é falar da família, é falar dos nossos jovens, é falar das nossas crianças. Falar em segurança é também falar em políticas sociais, e políticas sociais também envolve esporte, lazer, cultura, entretenimento. Mas uma mudança cultural não se faz do dia para a noite. Essa vila lançada na cidade de Planaltina, ontem, não ficará pronta daqui a dois meses, demanda tempo. Mas, uma vez pronta e em funcionamento, vai levar, em um futuro bem próximo, uma nova perspectiva através do trabalho voltado para as nossas crianças. Acho que temos, às vezes, de deixar de lado a hipocrisia para dizer a verdade. Dizer que o Governador Arruda tem feito um Governo numa perspectiva de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	6

planejamento, de organização de Estado e de normatização do que estava ilegal. Isso tem um preço, inclusive um preço político. Mas acho que essa é a marca que S.Exa. vem empreendendo, doa a quem doer, custe o que custar, pois uma política de Estado tem de ter regras, normas e planejamento. Eu não tenho dúvidas de que, num futuro próximo, vamos começar a perceber que Brasília mudou. Antigamente, o camelô ficava sob o sol, sob a chuva, hoje tem o *Shopping* Popular. É um microempresário. Havia, há pouco tempo, irregularidades na política, com a falta de concessão de documentos para vários trabalhadores. Hoje todos estão normatizados, estão regularizados. Portanto, quero parabenizar o Governador Arruda pelo lançamento da Vila Olímpica de Planaltina, que, não tenho dúvida, vai ajudar, e muito, a diminuir a violência também na minha querida cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputada Erika Kokay, Deputado Berinaldo Pontes, tentei fazer um aparte. Não iria nem me manifestar mais, mas eu gostaria até de concluir o que V.Exa. falou aqui sobre uma vila olímpica em Planaltina. Eu comentei, anteriormente a isso, quando o Deputado estava falando com a Deputada Erika Kokay, sobre o lançamento do “Picasso não Pichava”, que foi em Planaltina, e do “Esporte à Meia-Noite”, que também foi em Planaltina. Vale registrar que isso tudo precisa ser novamente motivado, incentivado, sem aquele negócio de passado, de falar: “Ah! Mas isso foi coisa do Castelo Branco!” Para mim, o Castelo Branco foi um dos melhores Secretários de Segurança que já passaram pelo Distrito Federal, não querendo denegrir o trabalho de ninguém. Pelo menos, era participativo, atuante. Saía à noite, junto com os policiais, tanto civis, quanto militares, para olhar realmente a realidade do povo nas ruas. Ia à Rodoviária, incentivava a fiscalização no CAJE... Fez um trabalho brilhante. Não tenho como negar, porque fui testemunha disso. Quero deixar registrado aqui, mais uma vez, que é importante o entrosamento da Polícia Militar com a comunidade. Foi isso o que falei aqui. Dizer que faz festa, que gasta dinheiro... Todo mundo faz festa, entendeu? Ah, está gastando 12 milhões! Isso é dinheiro destinado para aquilo, para promover Brasília e mostrar que ela tem competência. Está inaugurando um estádio prevendo a Copa do Mundo. Então, é importante gastar? Sim. É importante mostrar que Brasília tem condição de fazer? Sim. Por que deixar “jogada às traças” a nossa Capital Federal? Temos de servir de exemplo, sim. Agora, esse negócio de falar muita coisa aqui — “tititi, tatatá” — não leva a nada. Isso é balela de quem quer se eleger, porque é muito bonitinho chegar aqui e falar não sei o quê. Então, faça. O Partido dos Trabalhadores podia fazer uma festa para comemorar a vitória do Barack Obama. Que tal? O GDF, o Arruda poderia até ajudar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	7

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, creio que ninguém pode ser contra a reconstrução ou a reforma do Bezerrão. O que discutimos é a questão da prioridade, porque o orçamento com publicidade já foi praticamente todo gasto. Acho que está sendo suplementado. O orçamento com a reforma do Bezerrão, da mesma forma. O plano de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes — Brasília teve o desnudamento dessa violação, uma das mais cruéis ao direito da criança e do adolescente — teve 0% de execução. O plano de enfrentamento ao trabalho infantil, que atinge a população de rua, meninos e meninas, 0% de execução. Brasília continua sem CAPS – Centro de Atenção Psicossocial em quantidade suficiente. A população de Ceilândia se organiza para abraçar o prédio onde deveria funcionar um Centro de Atenção Psicossocial para álcool e droga, que está fechado. A população de Santa Maria abraçou o Hospital de Santa Maria, já inaugurado e fechado há meses. A população reage porque, no ano passado, tivemos 16 milhões de reais investidos em equipamentos. Quem usa a Saúde Pública sabe que o tomógrafo do Pronto Socorro do Hospital de Base está quebrado; que, muitas vezes, a população tem de ir a outra cidade, porque o aparelho de Raios-X do hospital da sua cidade está quebrado. O Governo investiu 16 milhões. E investiu 60 milhões para pagar as empresas de vigilância, ou seja, para pagar profissionais que ficam com apenas um terço do salário, que custa para os cofres públicos, porque o resto vai para as empresas. Há uma inversão. Nós não queremos o Bezerrão jogado às traças, mas muito menos queremos as pessoas jogadas às traças aqui no Distrito Federal. Também não queremos o fim da UTI Neonatal do Hospital de Base, que o Governo, inexplicavelmente, fechou. Aumentou em três vezes o número de óbitos de crianças de até 28 dias. Algumas só podem ser operadas no Hospital de Base; há exames que só podem ser realizados no Hospital de Base. Eram 12 leitos de UTI Neonatal. Extinguiu-se a UTI Neonatal do Hospital de Base e se disponibilizaram 4 leitos na UTI Pediátrica. Sabemos que uma criança de 28 dias não tem imunidade e que, por isso, o risco de infecção tem levado à morte essas crianças. Não queremos essas crianças jogadas às traças. Também não queremos que não haja setor de expurgo no Hospital do Guará. A roupa suja e infectada fica dentro de uma Kombi, esperando, às 4h da tarde, ser enviada ao HRAN para ser lavada. São Kombis velhas, com mais de 10 anos. Na semana passada, essa roupa foi jogada em um caminhão caçamba, que circulou a cidade inteira, podendo contaminar o meio ambiente e as ruas da nossa cidade. O lixo hospitalar, no Guará, fica em um local voltado para as residências e para a rua e não possui tranca. Pessoas de rua dormem lá. As paredes da enfermaria foram construídas com madeirite. Todos sabemos que, para evitar infecção hospitalar, não se pode ter material poroso, e é madeirite que está separando pessoas, a maioria delas idosas. A UTI Neonatal do Hospital da Asa Sul – HMIB, que é referência em saúde materno-infantil, só está aceltando casos de alto risco. Há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	8

casos de crianças de médio risco que estão em um único berço, duas crianças em um local só. Essas crianças estão recebendo oxigênio puro, e não comprimido, o que provoca lesão na córnea e lesão cerebral.

É inadmissível que tenhamos um Governo de costas para os direitos da população. Isso tudo sem considerar os esgotos dos hospitais, sem considerar o posto da Estrutural, cujo esgoto possui vazamento. É inadmissível que tenhamos um Estado de costas para o povo do Distrito Federal, que não respeita os direitos do povo. É inadmissível, também, que não tenhamos celeridade na aprovação aqui do projeto do Governador do Distrito Federal que dá direitos iguais a casais "homoafetivos". A orientação sexual não pode ser utilizada como instrumento de preconceito e de ódio. E eu digo: quem prega o preconceito, quem prega a homofobia é cúmplice, ainda que por omissão, nos assassinatos de homossexuais que ocorrem neste País.

Por isso, Sr. Presidente, para esta Casa resgatar o compromisso com a civilidade, temos de aprovar o projeto do Governador que dá a todos direitos iguais. Todos pagam impostos. Todos os servidores públicos, independentemente de como são, de como se expressam, têm direito à previdência, à pensão. Não podemos agir como em séculos anteriores, quando o ser humano não era encarado como tal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está encerrado o período destinado aos comunicados de Parlamentares. Esta Presidência consulta os Deputados se há algum óbice em não apreciarmos os vetos e irmos diretamente à pauta. (Pausa.) Não havendo manifestação do Plenário, passaremos à apreciação das matérias.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de encaminhar os itens que já foram acordados com a Oposição, para que possamos passar à votação, no dia de hoje, eu queria registrar com muita satisfação a presença do Apóstolo Doriel, que é Vice-Presidente do Conselho de Igrejas e Pastores (CIP), do seu Secretário Geral, nosso amigo, Pastor Nascimento, e de todos que estão na galeria nos visitando: os pastores, a FENAIC, o CIP, o COPEVE e os amigos.

Hoje, Sr. Presidente, os itens da pauta de votação acordados são os de nºs. 5, 7, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 26 e 27. Vou repetir: o item nº 5 é o segundo turno do FUNDEB; o item nº 7 é o segundo turno do BID; o item nº 17 é o IPREV; os itens nºs 20 e 21 são dois créditos suplementares: o item nº 20 é um crédito suplementar do IPREV – votaremos apenas o primeiro turno para corrigir as eventuais distorções ou necessidades e somente após votarmos em segundo turno – e o item nº 21 é um crédito mais simples, em que poderemos votar os dois turnos; o item nº 23 é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	9

PPA do Mangueiral, em que já há acordo para votarmos os dois turnos; o Item nº 24 é o PRO-DF, apenas em primeiro turno – inclusive, já construímos o substitutivo, mas vamos votá-lo na terça-feira da semana que vem; os itens nº 25, 26 e 27 são as remissões, apenas em primeiro turno, sem emendas, sendo que as eventuais emendas serão discutidas em segundo turno, conforme já acordado com a Oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Leonardo Prudente.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 97ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 207, de 14/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 98ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, a liderança do Governo e a liderança da Oposição, chegamos a um entendimento para que os itens nºs. 17 e 20 não entrem em votação no dia de hoje, tendo em vista algumas correções que terão de ser feitas tanto no item nº 17, do IPREV, quanto no item nº 20, que é um crédito, de modo que eles sejam votados posteriormente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 32ª Sessão Extraordinária.

Esta Presidência informa às Sras. e aos Srs. Deputados que, em virtude da inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 361, de 2007, na sessão ordinária de ontem, houve um lapso na sua aprovação em primeiro turno, visto que o projeto carecia da aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, sendo o mesmo aprovado somente em segundo turno. Nesse sentido, para não pairar dúvidas quanto à legalidade, solicitamos à Comissão de Constituição e Justiça que se pronuncie sobre o projeto para posterior votação em primeiro e segundo turnos.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 361, de 2007, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a denominação do viaduto localizado sobre a BR-020, na entrada principal da Região Administrativa de Sobradinho-RA V”.

A Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 361, de 2007, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a denominação do viaduto localizado sobre a BR-020, na entrada principal da Região Administrativa de Sobradinho – RA V”.

O projeto não possui emendas, portanto, somos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 361, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	11

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A matéria recebeu 15 emendas de segundo turno, sendo a emenda nº 11 um substitutivo, e as emendas nºs 12, 13, 14 e 15, subemendas ao substitutivo.

A Presidência designa o Deputado Leonardo Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Distrito Federal, e dá outras providências”.

O projeto recebeu 15 emendas, sendo que a Emenda nº 11 é de autoria de vários Deputados, sob a forma de substitutivo, e absorve várias contribuições elencadas nas Emendas de nºs 1 a 10.

Portanto, o nosso parecer é pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 10, uma vez que sua grande maioria já está contemplada no substitutivo; pela aprovação da Emenda nº 11, que é o próprio substitutivo; e pela rejeição das Subemendas de nºs 12 a 15.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	12

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre as subemendas e o substitutivo, em segundo turno.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Somos pela aprovação das emendas nos exatos termos da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Foi aprovado o substitutivo do projeto, em segundo turno, na Comissão de Educação e Saúde.

A Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Distrito Federal, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	13

Esse projeto é oriundo do Poder Executivo. Foram incluídas ao projeto 15 emendas de segundo turno, e foram rejeitadas, na CEOF, 14 emendas, sendo aceita a Emenda nº 11, de 2008, de autoria de vários Deputados.

Sr. Presidente, examinando todas as emendas, estamos de acordo com a aprovação da Emenda nº 11, rejeitando todas as demais emendas de 2º turno.

Somos pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Quero esclarecer que as emendas citadas pelo Deputado Brunelli são subemendas ao substitutivo.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2007.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que estamos em discussão em segundo turno, eu gostaria de retirar as emendas do Partido dos Trabalhadores. Nós construímos um acordo com a Liderança do Governo para retirar as emendas e as subemendas, já que a emenda da TIDEM será apresentada por nós em outro projeto para não entrar em conflito neste projeto do FUNDEB. E a bancada do Partido dos Trabalhadores votará a favor do FUNDEB.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O acordo está feito, Deputado Cabo Patrício. Para mim não há nenhuma dificuldade.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que votarei favoravelmente a esse projeto, pois considero de suma importância o Distrito Federal receber os recursos do FUNDEB. Eu penso que educação deve ser prioridade, e para isso tem de ser prioridade no orçamento também. Portanto, eu vou votar favoravelmente ao projeto, porque ele é um projeto importante para que o Distrito Federal possa receber os recursos do FUNDEB.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	14

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, eu quero me congratular com a Casa por estar aprovando, na tarde de hoje, o projeto relativo ao FUNDEB, na forma do substitutivo apresentado ao projeto de lei complementar. A diferença na aprovação deste substitutivo, como a Câmara acaba de fazê-lo – tão bem posta a relatoria do Deputado Brunelli –, é que nós trazemos para o Distrito Federal exatamente o modelo da lei federal que é, no FUNDEB, se tratar... Ele existe apenas por dois colegiados e não com uma estrutura que encarece e que torna o sistema mais pesado nas Secretarias de Educação.

A lei federal exige que os sistemas de ensino tenham dois conselhos – é isso que ela exige –, o de acompanhamento e o de avaliação, com a participação da comunidade e do conselho paritário. Tudo isso está respaldado neste substitutivo. Por isso, este é um grande dia. E esta votação não poderia ser retardada, porque está havendo prejuízo financeiro para a Secretaria de Educação do Distrito Federal e, conseqüentemente, para o sistema de ensino.

Era esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

15
REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 05/11/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOP CAS CDDH CEDP CAP CDC CES CSEG CDESC T MAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 32/07
- PROJETO DE LEI Nº(S) _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) _____
- OUTROS _____
- VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a):

Executiva

Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB				X	
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB				X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	15			09	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *B. S. S.*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

NAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como já está acordado com a Liderança do PT, a pedido do Deputado Ralmundo Ribeiro, solicito a Inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2008, que trata do projeto especial de urbanismo da quadra central de Sobradinho, para que a reforma da Feira possa ser feita ainda neste ano.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa. No momento apropriado, votaremos a matéria.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	16

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Governo Federal pela criação do FUNDEB, muito mais amplo, com muito mais recursos para a Educação e muito mais extensivo e inclusivo do que o próprio FUNDEF.

Lembro que nós da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente da Câmara dos Deputados, mães e conselheiros tutelares, estivemos numa luta imensa para incluir as creches que, a princípio, não seriam contempladas no FUNDEB. Fizemos uma carreta com carrinhos de bebê dentro do Congresso Nacional e conseguimos incluí-las. Em seguida, outra grande luta foi travada para que o FUNDEB não financiasse apenas as creches do Estado, porque aqui em Brasília nós temos apenas 6, mas que financiasse também a educação nas creches comunitárias conveniadas, creches públicas não-estatais, que são a grande maioria aqui no Distrito Federal.

Eu diria que, agora, cabe ao Governo responder a uma ação já movida pelo Ministério Público há anos para que o direito à creche – que é um direito da mulher, mas, fundamentalmente, um direito das crianças, previsto no FUNDEB, previsto no Plano Nacional de Educação, que diz que a creche é a primeira etapa do ensino básico e ainda aponta a importância desse período para o desenvolvimento de relações em grupo, de resolução de problemas – seja uma realidade no Distrito Federal.

Por isso faço a minha declaração de voto no sentido de parabenizar o Governo Federal pelo FUNDEB e esta Casa por aqui estar referendando o FUNDEB para o Distrito Federal. Obviamente, ainda existe uma série de emendas a serem discutidas sobre o projeto.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício para declaração de voto.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores votamos a favor do FUNDEB porque, como disse a Deputada Erika Kokay, ele segue uma lei federal. A exemplo do Governo Federal, o Governo local encaminhou um projeto a esta Casa. Claro que a bancada do PT apresentou uma série de emendas, e, depois de ampla discussão com a Liderança do Governo, foi construído um substitutivo e algumas dessas emendas foram rejeitadas. Nós construímos um acordo sobre a emenda principal, que anistia os professores, para que o plano de carreira deles, votado nesta Casa, seja incluído no projeto que o Governo do Distrito Federal encaminhou a esta Casa, o projeto sobre a contratação temporária dos professores. Então, esse acordo foi construído. Foi em função disso que a bancada votou a favor,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	17

para dar direito a esses trabalhadores da Educação de serem anistiados, a exemplo do que ocorreu com vários empresários que conseguiram nesta Casa, inclusive no atual Governo, remissão e anistia de dívidas que tinham com o GDF.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 207, de 14/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 98ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 7:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 988, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e dá outras providências".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha posição contrária, pois sou contra um governo contrair dívidas e deixá-las para os próximos governos pagarem. Não considero essa uma atitude responsável, até porque ficaria muito fácil de governar: bastaria contrair dívidas e deixá-las para os próximos governos pagarem. Então, eu não considero isso uma atitude responsável. Por isso, o meu voto contrário a esta autorização de empréstimo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 3 votos contrários.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	18

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 988, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.043, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual Do Distrito Federal, no valor de R\$ 6.586.085,00 (seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e oitenta e cinco reais)".

A matéria recebeu 10 emendas.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluído na pauta o item nº 42: discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007, de autoria da Mesa Diretora, que "cria a Brigada de Incêndio da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nesse caso, é inversão de pauta. Acato a solicitação de V.Exa. Assim que forem votadas as matérias que o Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, solicitou, colocarei em votação esse projeto.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.043, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual Do Distrito Federal,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	19

no valor de R\$ 6.586.085,00 (seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e oitenta e cinco reais)”.
20

Sr. Presidente, o referido projeto recebeu 11 emendas, sendo aprovadas as Emendas nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. A Emenda nº 2 foi retirada.

Portanto, não vejo nenhum óbice e sou pela admissibilidade e aprovação do projeto e das emendas no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.043, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*, para sabermos se estão presentes, pelo menos, 13 Parlamentares. Se tiver alguém na “sala do cafezinho”, que venha para o plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa., até porque as matérias que serão votadas daqui a pouco necessitam de *quorum* qualificado.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 14 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental para deliberação das matérias.

Continuemos a votação.

Item nº 23:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 939, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008 a 2011".

Fui informado de que o projeto está com o Deputado Paulo Tadeu. Deputado Leonardo Prudente, solicito a V.Exa. que peça que se pegue o projeto, porque não está com a Assessoria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, que o item nº 11 fosse colocado em votação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O item nº 11 trata do viaduto?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Não, é mais antigo. O que trata do viaduto foi votado somente em primeiro turno. Se pudermos apreciá-lo, eu até preferiria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – No final, faremos isso. Acato sua solicitação.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

Pedro

22



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2008

Da **COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**, sobre o **PROJETO DE LEI nº 939/2008**, que "altera dispositivos da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que 'dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008 a 2011'."

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, o Projeto de Lei – PL nº 939/2008, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que "dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008 a 2011" – PPA 2008-2011, o qual foi encaminhado a esta Casa pela Mensagem nº 247/2008 – GAG.

De acordo com o art. 1º da proposição em epígrafe, o art. 5º da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Poder Executivo encaminhará anualmente à Câmara Legislativa a avaliação de desempenho do Plano Plurianual 2008-2011, que será constituído de duas etapas distintas:

I – a primeira etapa, a ser encaminhada até o dia 15 de abril do exercício subsequente, deverá conter:

a) análise do cenário macroeconômico do período, relacionando, se for o caso, as razões do desvio em relação à expectativa do Plano; e

b) demonstrativo, por programa e ação, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais;

II – a segunda etapa, a ser encaminhada até 30 de junho do exercício subsequente, deverá conter o demonstrativo, por programa, dos índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto.

§ 1º As unidades orçamentárias responsáveis pelos programas e as demais unidades executoras, manterão atualizadas durante cada exercício financeiro as informações pertinentes aos incisos I e II deste artigo.

§ 2º As unidades que não apresentarem as informações de monitoramento de programas e ações, estarão sujeitas a restrições orçamentárias."



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O art. 2º dispõe que "*ficam acrescidos ao Anexo III da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, o programa e as ações constantes das tabelas anexas*".

Os arts. 3º e 4º tratam, respectivamente, da vigência da lei e da revogação das disposições em contrário.

Segundo a Mensagem encaminhada pelo Governador,

"A presente proposta dá nova redação ao art. 5º e tem por objetivo rever prazos e aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento e avaliação do PPA 2008/2011, visto que até a data limite para encaminhamento da avaliação, atualmente estabelecida em 15 de abril do exercício subsequente, os principais institutos de pesquisa ainda não concluíram a aferição dos resultados de diversos indicadores sócio-econômicos."

A Mensagem ainda traz a justificação de que as alterações propostas no Anexo III têm o intuito de recompor a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento, além de incluir projetos essenciais para a população na programação plurianual.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do Inciso II, art. 64, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, entre outras atribuições:

"II- analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias:

[...]

b) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, crédito adicional, contas públicas, operações de crédito internas e externas a qualquer título a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal;" (grifou-se)

O PL 939/2008 pretende alterar o art 5º do PPA 2008-2011, além de incluir novas ações. A análise da proposição será apresentada em duas partes, uma que se refere à alteração do texto da lei, e outra que trata das ações incluídas no planejamento distrital.

II.1 – Alteração do art 5º do PPA 2008-2011

A Constituição Federal, no art. 165, estabelece que as leis que estabelecem o plano plurianual são de iniciativa do Poder Executivo. No mesmo sentido, o PPA 2008-2011 distrital também exige que a alteração do plano seja de iniciativa daquele



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Poder. Portanto, como a proposta de alteração é do Governador, o projeto em tela atende a disposição constitucional e legal.

A Tabela 1 traz a comparação entre a redação original do art. 5º do PPA 2008-2011 e a modificação pretendida pelo PL 939/2008:

Tabela 1. Comparação entre a redação atual do art. 5º do PPA 2008-2011 com a alteração proposta pelo PL 939/2008

Art. 5º do PPA 2008-2011	PL 939/2008
<p>O Poder Executivo encaminhará anualmente à Câmara Legislativa, até o dia 15 de abril do exercício subsequente, relatório de desempenho do Plano Plurianual, contendo:</p> <p>I – análise do cenário macroeconômico do período, relacionando, se for o caso, as razões do desvio em relação à expectativa do Plano;</p> <p>II – demonstrativo, por programa e ação, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada, distinguindo-se as fontes de recursos oriundas:</p> <p>a) do orçamento fiscal e da seguridade social;</p> <p>b) do orçamento de Investimento das empresas estatais;</p> <p>III – demonstrativo, por programa, dos índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto.</p>	<p>O Poder Executivo encaminhará anualmente à Câmara Legislativa a avaliação de desempenho do Plano Plurianual 2008-2011, que será constituído de duas etapas distintas:</p> <p>I – a primeira etapa, a ser encaminhada até o dia 15 de abril do exercício subsequente, deverá conter:</p> <p>a) análise do cenário macroeconômico do período, relacionando, se for o caso, as razões do desvio em relação à expectativa do Plano; e</p> <p>b) demonstrativo, por programa e ação, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de Investimento das empresas estatais;</p> <p>II – a segunda etapa, a ser encaminhada até 30 de junho do exercício subsequente, deverá conter o demonstrativo, por programa, dos índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto.</p> <p>§ 1º As unidades orçamentárias responsáveis pelos programas e as demais unidades executoras, manterão atualizadas durante cada exercício financeiro as informações pertinentes aos Incisos I e II deste artigo.</p> <p>§ 2º As unidades que não apresentarem as informações de monitoramento de programas e ações, estarão sujeitas a restrições orçamentárias.</p>

A proposição em exame modificou a data do envio apenas do demonstrativo constante do inciso III do art. 5º do atual PPA 2008-2011, que passou de 15 de abril para 30 de junho. Além disso, incluiu a obrigatoriedade das unidades orçamentárias



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

manterem atualizadas as informações sobre o cenário macroeconômico do período, relacionando, se for o caso, as razões do desvio em relação à expectativa do Plano; e o demonstrativo da execução física e financeira dos programas e ações que estão sob sua responsabilidade.

A modificação pretendida é **meritória**, pois aperfeiçoa os mecanismos de monitoramento e avaliação do PPA 2008/2011, ao possibilitar que as informações sobre os índices alcançados pelos indicadores dos programas sejam aferidas e concluídas com maior prazo pelos institutos de pesquisa.

Vale ressaltar, ainda, que no Governo Federal, o relatório de avaliação do PPA, com conteúdo similar, é enviado até 15 de setembro de cada exercício pelo Poder Executivo.

II.2 – Análise da inclusão de novas ações no Anexo III

O PL 939/2008 propõe a inclusão de um programa novo (1650 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação da Água e do Solo do DF) e de 19 ações novas no PPA 2008-2011, num total de R\$ 101.924.652,00.

A Tabela 2 mostra o número de ações novas incluídas em cada Ano-Base do plano, além dos programas alterados ou incluídos e os valores acrescidos em cada exercício.

Tabela 2. Número de Programas e Ações Incluídos

Ano Base	Programas alterados	Programas Incluídos	Ações novas	Valor (R\$ 1,00)
2008	6	0	7	12.551.628
2009	9	1	19	27.208.224
2010	9	1	18	32.757.400
2011	8	1	17	29.407.400
TOTAL				101.924.652

De acordo com o art. 3º do atual PPA 2008-2011, "a exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas será realizada por meio de lei de revisão anual ou específica, de iniciativa do Poder Executivo".

O § 5º do referido artigo complementa, *in verbis*:

"A proposta de alteração de programa ou a inclusão de novo programa, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias." (grifou-se)

A proposição inclui novo programa (1650 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação da Água e do Solo do DF), de horizonte temporal contínuo para os anos de 2009, 2010 e 2011, com o impacto financeiro no período do plano, que deverão constar do Demonstrativo de Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado a partir do exercício de 2009.

A Tabela 3 apresenta os valores do referido programa para cada exercício.

Tabela 3. Impacto Financeiro do novo Programa (1650 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação da Água e do Solo do DF)

Ano-Base	Valor (R\$ 1.000)
2008	0
2009	712.400
2010	712.400
2011	712.400
Total	2.137.200

As tabelas 4 a 7 mostram as ações incluídas em cada Ano-Base do PPA 2008-2011.

Tabela 4. Ações Incluídas – Ano Base 2008

Programa	Ação Incluída	Valor (R\$ 1.000)
0208 – Proteção Social a Indivíduos e Famílias	4012 – Socorro Social	1.100.000
0350 – Educação e Pesquisa em Saúde	3039 – Construção da Faculdade de Enfermagem do Distrito Federal	3.511.628
0550 – Combate à Ocupação Irregular do Solo	4011 – Regularização de Áreas de Interesse Social	4.500.000
1200 – Desenvolvimento Habitacional	4013 – Administração da Carteira Imobiliária	1.000.000
	4023 – Cheque Moradia	2.000.000



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1700 - Hemotecnologia	4028 - Ação de Controle de Qualidade	240.000
2900 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	4022 - Vigilância e Fiscalização em Saúde Animal e Educação Sanitária	200.000
TOTAL / ANO-BASE 2008		12.551.628

Tabela 5. Ações Incluídas – Ano Base 2009

Programa	Ação Incluída	Valor (R\$ 1,00)
0122 - Abastecimento de Água	3023 - Programa de Aceleração do Crescimento	80.000
0208 - Proteção Social a Indivíduos e Famílias	4012 - Socorro Social	2.600.000
0350 - Educação e Pesquisa em Saúde	3039 - Construção da Faculdade de Enfermagem do Distrito Federal	4.450.000
0500- Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável	4026 - Fortalecimento do Licenciamento e Fiscalização Ambiental	525.000
0550 - Combate à Ocupação Irregular do Solo	4011 - Regularização de Áreas de Interesse Social	6.000.000
1200 - Desenvolvimento Habitacional	4013 - Administração da Carteira Imobiliária	1.100.000
	4023 - Cheque Moradia	2.000.000
	4033 - Manutenção e Conservação do Setor Habitacional Mangueiral - PPP	310.000
1650 - Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação da	3040 - Recuperação do Passivo Ambiental	58.100


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Água e do Solo do DF (PROGRAMA INCLUÍDO)	3041 – Estruturação das Bases para o Desenvolvimento Rural Sustentável	76.865
	3043 – Reabilitação Ambiental das Terras Rurais	500.000
	4024 – Promoção da Segurança Alimentar	32.300
	4025 – Desenvolvimento e Diversificação da Economia do Negócio Rural	45.135
1700 - Hemotecnologia	3997 – Construção de Hemocentro Regional	120.824
	4028 – Ação de Controle de Qualidade	240.000
	4029 – Ação de Tratamento de Resíduo de Saúde	140.000
	4030 – Gestão da Qualidade	150.000
2600 – Segurança em Ação	4031 - Monitoramento por Câmara de Vídeo no Distrito Federal	8.580.000
2900 – Vigilância Sanitária e Epidemiológica	4022 – Vigilância e Fiscalização em Saúde Animal e Educação Sanitária	200.000
TOTAL / ANO-BASE 2009		27.208.224

Tabela 6. Ações Incluídas – Ano Base 2010

Programa	Ação Incluída	Valor (R\$ 1,00)
0122 – Abastecimento de Água	3023 - Programa de Aceleração do Crescimento	90.000
0208 – Proteção Social a Indivíduos e Famílias	4012 – Socorro Social	2.800.000
0350 – Educação e Pesquisa em Saúde	3039 – Construção da Faculdade de Enfermagem do Distrito Federal	4.450.000



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

0500- Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável	4026 – Fortalecimento do Licenciamento e Fiscalização Ambiental	525.000
0550 – Combate à Ocupação Irregular do Solo	4011 – Regularização de Áreas de Interesse Social	6.700.000
1200 – Desenvolvimento Habitacional	4013 – Administração da Carteira Imobiliária	1.200.000
	4023 – Cheque Moradia	2.000.000
	4033 – Manutenção e Conservação do Setor Habitacional Mangueiral - PPP	350.000
1650 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação da Água e do Solo do DF (PROGRAMA INCLUÍDO)	3040 – Recuperação do Passivo Ambiental	58.100
	3041 – Estruturação das Bases para o Desenvolvimento Rural Sustentável	76.865
	3043 – Reabilitação Ambiental das Terras Rurais	500.000
	4024 – Promoção da Segurança Alimentar	32.300
	4025 – Desenvolvimento e Diversificação da Economia do Negócio Rural	45.135
1700 - Hemotecnologia	4028 – Ação de Controle de Qualidade	240.000
	4029 – Ação de Tratamento de Resíduo de Saúde	140.000
	4030 – Gestão da Qualidade	150.000
2600 – Segurança em Ação	4031 - Monitoramento por Câmara de Vídeo no Distrito Federal	13.200.000
2900 – Vigilância Sanitária e Epidemiológica	4022 – Vigilância e Fiscalização em Saúde Animal e Educação Sanitária	200.000
TOTAL / ANO-BASE 2010		32.757.400



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Tabela 7. Ações Incluídas – Ano Base 2011

Programa	Ação Incluída	Valor (R\$ 1,00)
0122 – Abastecimento de Água	3023 - Programa de Aceleração do Crescimento	100.000
0208 – Proteção Social a Indivíduos e Famílias	4012 – Socorro Social	3.100.000
0500- Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável	4026 – Fortalecimento do Licenciamento e Fiscalização Ambiental	525.000
0550 – Combate à Ocupação Irregular do Solo	4011 – Regularização de Áreas de Interesse Social	7.300.000
1200 – Desenvolvimento Habitacional	4013 – Administração da Carteira Imobiliária	1.350.000
	4023 – Cheque Moradia	2.000.000
	4033 – Manutenção e Conservação do Setor Habitacional Mangueiral - PPP	390.000
1650 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação da Água e do Solo do DF (PROGRAMA INCLUÍDO)	3040 – Recuperação do Passivo Ambiental	58.100
	3041 – Estruturação das Bases para o Desenvolvimento Rural Sustentável	76.865
	3043 – Reabilitação Ambiental das Terras Rurais	500.000
	4024 – Promoção da Segurança Alimentar	32.300
	4025 – Desenvolvimento e Diversificação da Economia do Negócio Rural	45.135
1700 - Hemotecnologia	4028 – Ação de Controle de Qualidade	240.000
	4029 – Ação de Tratamento de Resíduo de Saúde	140.000
	4030 – Gestão da Qualidade	150.000



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2600 – Segurança em Ação	4031 - Monitoramento por Câmara de Vídeo no Distrito Federal	13.200.000
2900 – Vigilância Sanitária e Epidemiológica	4022 – Vigilância e Fiscalização em Saúde Animal e Educação Sanitária	200.000
TOTAL / ANO-BASE 2011		29.407.400

A Tabela 8 apresenta os programas que receberam maiores dotações, no conjunto dos quatro anos abrangidos pelo PPA:

Tabela 8. Programas de maiores dotações

Programa	Valor (R\$ 1,00)
2600 – Segurança em Ação	34.980.000
0550 – Combate à Ocupação Irregular do Solo	24.500.000
1200 – Desenvolvimento Habitacional	13.700.000
0350 – Educação e Pesquisa em Saúde	12.411.628

Verifica-se que a proposição em exame incluiu ações em diversas áreas, destacando-se a área de segurança, que participou mais significativamente.

Vale observar que, no âmbito federal, a Lei nº 11.653, de 7/4/2008, que instituiu o Plano Plurianual 2008-2011, inseriu diversos dispositivos regulando as condições para que o plano seja alterado, *in verbis*:

"Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

[...]

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;" (grifou-se)

Verifica-se que, para que se inclua programas no PPA federal, é necessária a indicação dos recursos que o financiarão, além do diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto. Além disso, para a inclusão de ações orçamentárias, é necessária a exposição das razões que motivam a proposta.


No âmbito distrital, ainda que a legislação não determine a indicação dos recursos que financiarão o novo programa nem a exposição das razões que motivam a inclusão de novas ações, seria conveniente que, no próximo projeto de lei do Plano Plurianual, houvesse dispositivo como este de modo a tornar esta lei mais completa e transparente.

II.3. Voto

Como a alteração pretendida não gera impacto financeiro no presente momento, apenas permite maior compatibilidade com os demais instrumentos de planejamento do DF – Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, votamos, no âmbito da CEOF, pela **admissibilidade** e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 939/2008, de autoria do Poder Executivo.

Deputado Cristiano Araújo
Presidente


Deputado
Relator

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		Sessão/Reunião
05	11	2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	21

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 2 votos contrários dos seguintes Deputados: Cabo Patrício e Erika Kokay.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 939, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 2 votos contrários dos seguintes Deputados: Cabo Patrício e Erika Kokay.

A matéria segue a tramitação regimental.

Registro a presença do Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para a aprovação dos Itens nºs 25, 26 e 27, que tratam de remissões, bem como do Item nº 24, relativo ao PRÓ-DF, já acordado, são necessários 16 votos. Enquanto eles não chegam, podemos apreciar o Requerimento nº 1.223, que já está na pauta, e o item nº 11, de autoria do Deputado Raad Massouh; em seguida, apreciaremos os itens relativos às remissões e ao PRÓ-DF, que precisam de 16 votos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciaremos o Requerimento nº 1.223, bem como as moções, os itens nºs 44, 45 e 46, a Moção extrapauta nº 278 e o Requerimento nº 1.223, de 2008.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas solicitar a V.Exa. que inclua como item extrapauta o requerimento de minha autoria para realização de audiência pública sobre o funcionamento da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	22

Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília, uma associação absolutamente tradicional, destinada a oferecer serviços à população vítima de vulnerabilidade social.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 207, de 14/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 98ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Assessoria da Mesa que inclua o requerimento de autoria da Deputada Erika Kokay como item extrapauta para ser votado junto com os outros itens.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 278, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, as pessoas que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.223, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “requer a realização de audiência pública para debater o tema ‘Engenharia Pública: moradia popular e digna’”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.232, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “requer a realização de audiência pública para discutir sobre o funcionamento da Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília.”

Item nº 44:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.218, de 2008, de autoria de vários Deputados, que “requer a retirada de tramitação de proposição”.

Item nº 45:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.219, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “requer a realização de audiência pública no plenário desta casa, no dia 14 de novembro de 2008, às 19h00, para tratar das questões relativas à normatização da profissão de documentalista no âmbito do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	23

Item nº 46:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 276, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos serviços prestados à CLDF e à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as matérias permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Estão aprovados com a presença de 15 Deputados.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 965, de 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "dispõe sobre a data comemorativa do aniversário da Comunidade de Nova Colina".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão e votação da redação final do Projeto de Lei nº 965, de 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "dispõe sobre a data comemorativa do aniversário da Comunidade de Nova Colina".

Em discussão a redação final. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	24

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Deputado Leonardo Prudente, V.Exa. solicitou a inclusão na pauta do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2008, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro. O projeto já chegou, a Assessoria da Mesa acaba de nos apresentar o projeto para discussão.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "estabelece índices de ocupação e uso do solo para fins de aprovação do Projeto Especial de Urbanismo denominado Quadra Central, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V."

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2008, de autoria do poder Executivo, que "estabelece índices de ocupação e uso do solo para fins de aprovação do Projeto Especial de Urbanismo denominado Quadra Central, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V".

Informamos que foi apreciada uma emenda do Deputado Raad Massouh e, considerando que os itens dessa emenda já estão contemplados no próprio projeto, nós somos favoráveis à aprovação do projeto com a rejeição da referida emenda, pelos fundamentos já expostos.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Leonardo Prudente para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	25

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que profira parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de lei Complementar nº 68, de 2008, de autoria do poder Executivo, que “estabelece índices de ocupação e uso do solo para fins de aprovação do Projeto Especial de Urbanismo denominado Quadra Central, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.”

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, nosso parecer é pela aprovação, nos termos já aprovados pela Comissão de Assuntos Fundiários.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, peço para ir direto à parte final do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. pode e deve fazê-lo.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece índices de ocupação e uso do solo para fins de aprovação do Projeto Especial de Urbanismo denominado Quadra Central, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	26

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2008, com rejeição da emenda, pelos fundamentos já expostos pela Comissão.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM ____ / ____ / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOP CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 68108
- PROJETO DE LEI Nº(S) _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) _____
- OUTROS _____
- VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X			/	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LETTE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB				X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	15			09	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Da. Kember

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA _____

MAT. _____

ASSP/____ Nº ____ / ____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 11 2008	15h50min	98ª Sessão Ordinária	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária, a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação dos Itens de pauta acordados entre Oposição e Líder do Governo e os Itens de pauta da sessão ordinária, se houver acordo para votação.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h22min.)